

ATA DA 53ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA TÉCNICA DE PARTICIPAÇÃO, DIÁLOGO E CONTROLE SOCIAL - CT-PDCS/CIF

Nos dias vinte e cinco e vinte e seis de novembro de dois mil e vinte e um, na sala virtual - via Google Meet, foi realizada a **53ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Participação, Diálogo e Controle Social/CT-PDCS**, constituída no âmbito do Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta (TTAC) e do Termo de Ajustamento de Conduta Governança (TAC-Gov), ambos os Acordos referentes ao desastre da barragem da Samarco, em Mariana/MG. As reuniões - preparatória e pública tiveram pautas distintas, seguindo abaixo os registros da reunião pública, que foi transmitida ao vivo pelo Youtube e encontra-se disponível através do *link* <https://youtu.be/hM4VzCEmlr0>:

1) Apresentação e manifestações dos participantes.

Participantes da reunião preparatória à 53ª Reunião Ordinária da CT-PDCS - Dia: 25/11/21 - Horário: 13h40 às 17h30.

Claryssa Almeida (SEDESE), Daniela Felix (FBDH), Gabriela Artiles (MPF/FGV), Haydée Frota (FGV/MPF), Jean Gomes (Prefeitura de Mariana), João Luiz Paste (IJSN), Joana Nabuco (FGV/MPF), José Augusto Gomes (SETADES), Josmar Coelho (Prefeitura Governador Valadares), Lindalva Feitosa (FBDH), Marta Zorzal (UFES), Soraya Benetti (FLACSO), Tatiana Tatagiba (SETADES), Thamara Uliana (ASPERQD) e Walquíria Soares (AGERH).

Participantes da 53ª Reunião Ordinária Pública da CT-PDCS - Dia: 26/11/21 - Horário: 13h42 às 18h16.

Carlos Alberto (Renova), Carolina Berg (E&Y), Claudia Laureth (FLACSO), Daniel Perini (Renova), Daniela Cristina (FBDH), Flávia Cunha (E&Y), Gabriela Artiles (MPF/FGV), Haydée Frota (MPF/FGV), Iara Morena (Renova), Joana Nabuco (FGV/MPF), João Luiz Paste (IJSN), João Sales (Renova), Lilian Vidal (Renova), Lindalva Feitosa (FBDH), Joéci Lopes Miranda (Comissão de Atingidos de Aracruz), Josmar Coelho (Prefeitura de Governador Valadares), Juliana Rocha (Renova), Lilian Vidal (Renova), Lindalva Feitosa (FBDH), Maria Isabel (E&Y), Maria Thereza Teixeira (Renova), Mariana Melo (Renova), Marily Gallote (Renova), Marta Zorzal (UFES), Mirian Sacramento (SECONT), Pauline Araújo (SEDESE), Pedro Strozemberg (Ouvidor), Rafael Pereira (Renova), Ramon Lopes (E&Y), Sandra Lúcia de Paula (Renova), Soraya Benetti (FLACSO), Tatiana Tatagiba (SETADES), Thamara Uliana (ASPERQD), Ulisses Mantovani (IEMA), Verônica Coutinho (SEGOV/MG) e Walquíria Soares (AGERH).

Após a apresentação dos membros, o Sr. João Luiz Paste, coordenador interino da CT-PDCS, fez a leitura da pauta e iniciou o debate dos itens da reunião, conforme descritos a seguir:

2) Aprovação da Ata da Reunião: 52ª RO da CT-PDCS.

Discussão	Após consulta aos membros da CT a ata da 52ª RO da CT-PDCS foi aprovada conforme a minuta previamente distribuída, sem objeção. O coordenador informou que a ata será publicada no site do IBAMA.
------------------	---

3) Aprovação do calendário de reuniões para 2022.

Discussão	Iara solicitou inclusão de ponto de pauta sobre a retomada das atividades presenciais dos CIAS e do Diálogo nos territórios. O coordenador acatou a solicitação. Sobre o calendário 2022 das reuniões ordinárias da CT-PDCS, João Paste pontuou que a ideia é que retornem as reuniões presenciais à medida em que as normas do controle sanitário relativas à pandemia de COVID-19 permitam. Iara disse que esse processo de retomada ao presencial é importante; que a equipe pode se organizar para realizar as reuniões presenciais, observando o protocolo de biossegurança e eventuais novas restrições por novas cepas. Joéci reforçou sobre a importância das reuniões presenciais para o território e sugeriu que quem não se sentir seguro poderia ter a opção de participar das reuniões de forma virtual, caso as reuniões sem realizadas de forma híbrida. João Paste
------------------	--

<p>Discussão</p>	<p>apresentou a proposta do calendário discutida previamente na reunião preparatória, com o planejamento de 6 reuniões no modelo virtual e 6 reuniões híbridas nos territórios atingidos do ES e de MG. Joéci pontuou sobre a presença e qualidade da participação dos atingidos e solicitou que uma reunião ordinária da CT-PDCS pudesse ser realizada em Aracruz. Pedro Strozemberg pontuou sobre os critérios de participação dos atingidos e solicitou que a CT discutisse sobre o assunto, tendo em vista a chegada de novas assessorias técnicas. Haydee reforçou sobre a importância da discussão dos critérios de participação. João Paste acolheu a manifestação de Pedro e Haydée, para inclusão do tema na pauta da reunião ordinária em janeiro, embora já existam alguns critérios e processos de participação conduzidos pelo FBDH. Solicitou ao FBDH, através de seus representantes presentes na reunião, que contribuíssem na discussão. Lindalva concordou. A proposta de calendário apresentado, sujeito a alterações caso necessário, tendo em vista as questões de biossegurança relativas à pandemia de Covid-19, foi aprovada sem objeção.</p>
<p>4) E-51.2 – Relatório de Acompanhamento do Programa de Informação para a População (PG 35) – Ciclo 02 da E&Y.</p>	
<p>Discussão</p>	<p>João Paste expôs que a discussão do ponto de pauta estava sendo retomada, pois o tema não foi esgotado na 52ª RO, considerando o horário avançado. Questionou se a equipe da E&Y gostaria de apresentar ou complementar as informações sobre os pontos já apresentados do relatório. Flávia Cunha disse que continuariam a apresentação dos resultados do que foi feito no ciclo 02 de auditoria do PG 35. Carolina Berg realizou apresentação do Relatório de Acompanhamento do Programa de Informação para a População (PG 35), a partir do procedimento 4, referente ao ciclo 02 de auditoria, que consta em memória de áudio para eventuais consultas. O documento apresentado encontra-se nos arquivos da CT-PDCS. Em relação ao procedimento 5, Carolina Berg ressaltou que, de acordo com a FR, na versão 5 do documento de definição do PG 35, protocolada em dezembro de 2020, houve a retirada da indicação da formação de Comitê Gestor Local dos espaços fixos do CIT; que até a finalização desse procedimento, em junho de 2021, a nova versão do documento de definição do programa ainda se encontrava em avaliação pela CT-PDCS; que não foram disponibilizadas à E&Y evidências da aprovação da remoção da etapa, prevista pela FR na última versão aprovada do documento de definição do PG 35. João Paste mencionou que a aprovação parcial do programa tinha como motivo somente a discussão dos indicadores e que em nenhum outro aspecto do programa havia restrição de aprovação naquele momento. João Paste destacou que o item <i>g</i> da Deliberação CIF nº 437 trata da apresentação, pela FR, do detalhamento do funcionamento das estruturas de gestão local propostas pela própria Fundação; que há uma discussão ainda a se fazer sobre o tema e que de qualquer forma o ponto não foi cumprido. Carolina disse que no próximo ciclo fariam a verificação sobre esse item, considerando a discussão de uma nova versão do documento de definição do PG 35. Sobre o procedimento 6, que trata de evidências da execução pela FR, do processo de funcionamento da Curadoria, bem como da entrega do item <i>h</i> da Deliberação CIF nº 437, João Paste registrou que a Curadoria foi constituída através da Deliberação do CIF nº 520, em agosto de 2021. Sobre os procedimentos de 1 a 3, verificação de evidências da execução pela FR do projeto de implantação dos espaços fixos do CIT nos municípios de Mariana, GV e Linhares, bem como a entrega dos itens <i>a</i>, <i>b</i> e <i>c</i> da Deliberação CIF nº 437, apresentado pela E&Y na última RO, João registrou que o Anexo II do documento de definição do PG 35 contém uma planilha bem detalhada, inclusive com prazo de início e finalização das ações para a implantação das bases físicas do CIT. Carolina disse que foi levado em conta o item <i>k</i> da Deliberação CIF nº 437, para que não fosse considerado o cronograma apresentado no Anexo II do documento como parâmetro. João Paste registrou que a decisão tomada pela E&Y não fazia nenhum sentido e que não havia</p>

<p>Discussão</p>	<p>argumentos para convencimento que todos os prazos estabelecidos nos demais itens da Deliberação CIF nº 437 estariam suspensos, tendo como base o item <i>k</i> da referida Deliberação. Caso julgassem adequado, João Paste sugeriu que a equipe da E&Y reavaliassem os procedimentos. Disse que a CT não poderia aceitar a imagem de que o PG 35 não teria prazos estabelecidos para o início e o fim de cada uma das ações necessárias à sua implantação. Haydee Frota reforçou o posicionamento do coordenador e disse que é grave tal colocação equivocada no relatório da E&Y; que não houve a execução a contento e sugeriu que quando houver qualquer dúvida a equipe da E&Y busque recursos e esclarecimentos; e opinou que deveria haver uma ressalva no relatório quanto a esse ponto. Em relação ao procedimento 6, a Prof.^a Marta questionou se as planilhas dos custos mensais e anuais estimados, referente a letra <i>h</i> da Deliberação CIF nº 437, foram apresentadas em algum momento. Carolina Berg respondeu que foi emitido o ofício FR.2021.0063 pela FR, de 15 de janeiro de 2021, endereçado ao CIF e a CT-PDCS, apresentando a proposta de disponibilização de profissionais que atuam na FR para auxiliar o Órgão Colegiado de Curadoria, onde estes atuariam sob demanda e que diante disso, não seria aplicável a elaboração de planilhas de custos mensais e anuais estimados. Flávia Cunha salientou que até o encerramento do ciclo 2 de auditoria não foi verificado o aceite pela CT, quanto ao exposto no ofício FR.2021.0063 emitido pela FR. A Prof.^a Marta perguntou como a equipe da E&Y avalia o trabalho feito pela FR, se não está funcionando a coleta de materiais, o levantamento de dados referente à Curadoria e onde estão sendo disponibilizados os documentos. Carolina respondeu que o procedimento referente à Curadoria avaliou somente a etapa de constituição da Curadoria, pois quando o procedimento foi iniciado a FR informou que a definição das diretrizes e parâmetros, da etapa da Curadoria do conteúdo, e da etapa de avaliação do processo, não havia sido iniciada e portanto não foi verificada durante o ciclo 2. Mediante as informações apresentadas por Carolina, a Prof.^a Marta expôs que se as atividades da Curadoria e do CIT não foram iniciadas, o prazo de encerramento do PG 35 precisa ser prolongado, considerando que o encerramento do programa se dará após 10 anos da sua efetiva implantação, conforme estabelecido no TTAC. Flavia Cunha disse que verificaria internamente sobre a emissão de uma errata do relatório, mas que não é usual, e mencionou que no ciclo 3 estarão à disposição para a discussão dos procedimentos, assim que forem emitidos, para mais clareza dos resultados. Haydée reforçou que é fundamental que exista uma errata do relatório em relação aos pontos evidenciados pela CT, para que uma informação equivocada não circule.</p>
	<p>4) Devolutivas dos Encaminhamentos da 52ª RO: E-52.1- Informar número de participantes dos Seminários Participativos, identificando quantitativos vinculados às equipes da FR e às comunidades. E-52.2 – Fazer um quadro com os itens do PAT de Sooretama e Linhares, correlacionando-os aos itens da Deliberação CIF nº 506, principalmente com o item 4 da mesma Deliberação. E-52.3 – Apresentar atualização de proposta metodológica referente à plataforma georreferenciada e o cronograma detalhado referente à plataforma georreferenciada e o Portal da Transparência e ajustar o número de municípios considerados, conforme sugestões realizadas na 52ª RO da CT-PDCS. E-52.4 - Incluir na linha do tempo do PG 35 apresentada na 52ª RO os eventos desenvolvidos pela CT-PDCS, que emitiu várias Notas Técnicas, embasando deliberações do CIF relacionadas ao programa. E-52.5 - Apresentar solução para a instalação do CIT de Mariana e atualização dos avanços com a Prefeitura de GV e com o ICMBio, relativos à implantação das bases físicas do CIT em GV e em Regência. E-52.6 – Envio do flyer e texto de e-mail com ajustes sugeridos na 49ª RO para apoio na busca ativa de documentação para fazer parte do Repositório do PG 35. E-52.7 – Preparar apresentação detalhada do relatório trimestral da Ouvidoria (julho/setembro de 2021).</p>
	<p>Sobre os pontos de pauta E-52.1- Informar número de participantes dos Seminários Participativos, identificando quantitativos vinculados às equipes da FR e às comunidades</p>

Discussão

e E-52.2 – Fazer um quadro com os itens do PAT de Sooretama e Linhares, correlacionando-os aos itens da Deliberação CIF nº 506, principalmente com o item 4 da mesma Deliberação, Lilian expôs que as entregas foram realizadas. Os documentos encontram-se nos arquivos da CT-PDCS para eventuais consultas. A equipe da FR contextualizou brevemente sobre os desafios da participação e da mobilização dos Seminários Participativos, o trabalho da equipe em relação às ações nos territórios. A Prof.ª Marta sugeriu que houvesse uma integração dos coordenadores dos territórios para troca de experiências na atualização dos PATs. Iara Morena, expôs sobre a **retomada das atividades presenciais da FR no território (ponto extra-pauta)**. Disse que a partir do mapeamento territorial e do desenho de estratégia e intencionalidade, as equipes de Diálogo e dos CIAs iniciaram o retorno presencial das atividades nos territórios; que além do retorno às reuniões presenciais, as equipes de Diálogo seguem apoiando os demais programas em visitas e outras atividades presenciais fundamentais; que ao longo de 2021 as equipes de Diálogo realizaram atividades presenciais de forma esporádica, em atendimento às demandas nos territórios; que a retomada efetiva das atividades presenciais ganhou fôlego a partir do mês de outubro de 2021. Destacou que alguns encontros têm ocorrido no formato híbrido, para atendimento aos públicos que optarem pela participação remota nas agendas. Apresentou o percentual das reuniões presenciais realizadas nos territórios em 2021 e os motivos da retomada das reuniões presenciais; compartilhou que a apresentação realizada em arquivo PPT seria encaminhada à CT. Maria Thereza contextualizou sobre uma decisão judicial publicada no dia 01 de novembro de 2021, o que causou aumento de ligações para o 0800, para a efetivação de cadastros; apresentou as ações em andamento para melhora no atendimento do 0800. Joéci registrou que os atingidos ligam para o 0800 e que as ligações não são atendidas; que o prazo estipulado pelo juiz, de 31 de dezembro de 2021, está se esgotando e não conseguem efetivar o cadastro; que durante a reunião ligou para o 0800 e a ligação não foi atendida. Maria Thereza afirmou que 11 mil solicitações de novos cadastros foram realizadas. Pelo *chat* Joéci participou: “gostaria de ressaltar uma sugestão que já enviei para outras CTs, considerando que desde 2016 nós lideranças sempre participamos das reuniões e por várias vezes custeamos nossa participação, hoje como comissão e liderança estamos passando por constrangimentos ao participar das reuniões presenciais, observando que as mesmas são de grande valia para nós. Em 2018/2019, os valores dos custeios eram: 60 reais almoço, 25 reais lanche e 130 reais jantar no hotel, pois bem me foi relatado que os atingidos estão sendo constrangidos a pagar diferença em suas despesas... se em 2019/2020 o valor girava em torno de 220 reais, porque hoje em final de 2021, os custeios ficaram restrito a 130 reais, será que para os atingidos os preços das coisas não tiveram aumento? Gostaria que o Pedro da Ouvidoria pudesse nos ajudar nesta demanda e que este assunto seja constado em ata”. Pedro Strozemberg respondeu que daria retorno posteriormente à demanda da Joéci.

Sobre o E-52.3 – **Apresentar atualização de proposta metodológica referente à plataforma georreferenciada e o cronograma detalhado referente à plataforma georreferenciada e o Portal da Transparência e ajustar o número de municípios considerados, conforme sugestões realizadas na 52ª RO da CT-PDCS**, a equipe da FR encaminhou o OF.2021.1903 no dia 25 de novembro que encontra-se nos arquivos da CT. A apresentação foi realizada por Marily Galotte e consta em memória de áudio para eventuais consultas. Em relação ao cronograma e ao plano de trabalho das entregas apresentados por Marily, parte com previsão de entrega para fevereiro 2022 e outra parte até junho de 2022, João Paste ressaltou que o prazo limite da Deliberação CIF nº 530 seria em 30/12/21 e que os prazos da Deliberação CIF nº 506 já estariam expirados. João Paste disse que entendia os esforços da equipe da FR para a entrega nos prazos informados por Marily, mas que deviam ter sido melhor dimensionados. Walquíria sugeriu que, à medida que as ações relativas ao Portal da Transparência e a Plataforma Georreferenciada fossem executadas, a equipe da FR apresentasse relatório para a CT nas ROs. João Paste concordou com o encaminhamento e acrescentou que a equipe da

Discussão

FR deveria encaminhar documentação com o cronograma detalhado da entrega de ações a cada mês, até junho de 2022, para que a CT se manifeste junto ao CIF, com o detalhamento dos prazos no quadro apresentado, com as entregas previstas até junho 2022, permitindo o acompanhamento de todos os itens. Em atenção aos encaminhamentos **E-52.4 - Incluir na linha do tempo do PG 35 apresentada na 52ª RO os eventos desenvolvidos pela CT-PDCS, que emitiu várias Notas Técnicas, embasando deliberações do CIF relacionadas ao programa e E-52.6 – Envio do flyer e texto de e-mail com ajustes sugeridos na 49ª RO para apoio na busca ativa de documentação para fazer parte do Repositório do PG 35**, lara informou sobre o envio da documentação à CT. João Paste confirmou o recebimento do ofício da FR 2021.1890 que encaminhou as entregas. O ofício encontra-se no arquivo da CT-PDCS para eventuais consultas. Sobre o encaminhamento **E-52.5 - Apresentar solução para a instalação do CIT de Mariana e atualização dos avanços com a Prefeitura de GV e com o ICMBio, relativos à implantação das bases físicas do CIT em GV e em Regência**, lara expôs que avançaram nas tratativas com o ICMBio; informou que realizaram uma visita para instalação do ponto de acesso do repositório no espaço do projeto Tamar e que a equipe de obras da FR realizou uma visita no espaço para o apoio na reforma e construção do espaço; que estava prevista uma agenda para a próxima semana para obterem a devolutiva sobre termo de parceria com o ICMBio e a apresentação dos avanços no processo de ajustes do projeto com a incorporação da reforma dos banheiros e auditório; que já enviaram para a equipe da Prefeitura de GV o termo de parceria e que estava em análise pelo jurídico; que a equipe do programa teria uma agenda na próxima semana com a prefeitura de GV para obterem o retorno dessa análise jurídica e apresentação da atualização dos ajustes do projeto conceitual do CIT de GV; que em paralelo estão articulando internamente com as áreas da FR de licenciamento e de obras; que estão articulando com os CIAs de Mariana e GV a implantação do ponto de acesso ao repositório; que o ponto de acesso do repositório de Regência será no ICMBio; que solicitaram agenda com a Prefeitura de Mariana para a próxima semana, visto que a prefeitura declinou da implantação do CIT de Mariana no Terminal Turístico, retomando a indicação que já havia sido descartada, pois o imóvel tem impeditivos para uma parceria com a FR. João Paste disse que entendia os atrasos nas entregas, mas que esses atrasos devem ser reconhecidos e prolongados os prazos de sustentação dos espaços fixos do CIT e evidenciou quantos prejuízos esses atrasos já causam, citando como exemplo a perda de documentos no repositório. João Paste solicitou que a FR encaminhe à CT a Ordem de Serviço 35012, relativa ao CIT de GV, para conhecimento. Questionado sobre o *link* do 3º webinar “Conhecimento em Pauta” no repositório do CIT, Carlos Alberto informou sobre a previsão de até uma semana para constarem na plataforma. João Paste solicitou o envio de um planejamento para futuros webinários e propôs uma discussão para a definição dos palestrantes, garantindo diversidade de narrativas e sugeriu que a Prof.ª Marta Zorzal fosse convidada para palestrar em algum dos encontros, considerando toda sua contribuição no desenvolvimento do Programa. Considerando o encaminhamento **E-52.7 – Preparar apresentação detalhada do relatório trimestral da Ouvidoria (julho/setembro de 2021)**, o Ouvidor realizou a apresentação do relatório enviado à CT no dia 20 de outubro, que se encontra nos arquivos da CT-PDCS para eventuais consultas. A apresentação realizada encontra-se em memória de áudio para eventuais consultas. João Paste observou que o ano de 2021 foi o segundo ano com mais demandas na Ouvidoria e solicitou que fossem identificados os pontos de interrupção de fluxos que podem ter contribuído para tal aumento e para que fossem trabalhados e superados internamente na FR. Comentou sobre os pontos críticos registrados: o prazo de andamento dos processos; a falta de isonomia no tratamento de demandas similares; a demora nas respostas; e a relação de alguns advogados com as pessoas atingidas. Sobre a sugestão apresentada, de acompanhamento da pesquisa de

Discussão	satisfação pela CT, João Paste solicitou que o Ouvidor encaminhe o convite para manifestações e contribuições dos membros da Câmara. Relativamente ao Procedimento de Asseguração Individual – PAI, pilar Ouvidoria, João Paste registrou que deve ser repensado a indicação de restrição de acesso, pela E&Y, a algumas informações e pontuou sobre o TAC Gov, que trata do compromisso da não utilização de pessoas terceirizadas na Ouvidoria. Flávia Cunha contextualizou brevemente sobre o PAI e disse sobre a limitação do acesso às informações para a realização de determinados procedimentos, comunicada pela FR através de ofício à E&Y, e que isso dificultará o trabalho a ser realizado e mencionou sobre a premissa da não utilização, na Ouvidoria, por pessoas terceirizadas. Pedro Strozemberg informou que é a própria equipe da Ouvidoria que utiliza e acessa o sistema da ICTS, empresa terceirizada; que permitir que a auditoria da E&Y tenha acesso a base de dados na integralidade, significaria que todas as auditorias teriam o mesmo acesso, o que isso não é permitido pela FR, tendo em vista a existência de informações sob condição de sigilo. João Paste reiterou que seja reavaliada essa restrição, considerando a natureza de empresas de auditoria, para melhor atuação da equipe da E&Y na realização dos procedimentos propostos.
Encaminhamento	E-53.1- Envio à CT e apresentação nas ROs, até junho de 2022, das implementações feitas relativas ao Portal da Transparência e à Plataforma Georreferenciada, conforme acordado na 53ª RO da CT-PDCS. Responsável: FR. Prazo: Em todas as ROs da CT-PDCS.
Encaminhamento	E-53.2 – Encaminhar a Ordem de Serviço 35012 à CT-PDCS informando o nome do fornecedor. Responsável: FR. Prazo: imediato.
Encaminhamento	E-53.3 – Enviar à CT um planejamento dos webinários “Conhecimento em Pauta”. Responsável: FR. Prazo: até a próxima RO.
Encaminhamento	E-52.4 - Atualização dos avanços com a Prefeitura de Mariana, com a Prefeitura de Governador Valadares e com o ICMBio para instalação das bases fixas do CIT. Responsável: FR. Prazo: próxima RO.
5) Outros Informes.	
Discussão	A 9ª Reunião Extraordinária para discussão da definição do o escopo do PG 35 foi transferida para o dia 10/12/21, às 14 horas. A equipe da FR solicitou agendamento da reunião do Colegiado da Curadoria, que foi marcada para o dia 15/12, às 16 horas.

O coordenador interino João Paste agradeceu a presença de todos. **A 53ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Participação, Diálogo e Controle Social** encerrou-se às dezoito horas e dezesseis minutos.